

BR TOWERS SPE1 S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018

BR TOWERS SPE1 S.A.

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BR Towers SPE1 S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da BR Towers SPE1 S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e seis meses findos naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do semestre findo em 30 de junho de 2018, obtidas das Informações Trimestrais - ITR daquele semestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do semestre findo em 30 de junho de 2017 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 09 de agosto de 2017 e 23 de março de 2018, respectivamente, sem ressalvas.

São Paulo, 03 de agosto de 2018.

BR TOWERS SPE1 S.A.

Balancos patrimoniais

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	30/06/2018	31/12/2017		Nota	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	5	103.129	90.904	Fornecedores	11	10.158	10.367
Contas a receber de clientes	6	19.761	18.249	Impostos a recolher		1.725	1.656
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.525	5.048	Imposto de renda e contribuição social		1.053	-
Outros créditos		165	141	Debêntures	9	49.238	41.407
Total do ativo circulante		125.580	114.342	Contas a pagar a partes relacionadas	10	23.087	20.844
				Adiantamentos de clientes		75	71
				Outras contas a pagar		52	15
				Total do passivo circulante		85.388	74.360
Aplicação financeira em garantia	7	15.111	14.581	Debêntures	9	248.358	268.646
Ativo fiscal diferido	19	16.394	16.486	Provisão para desmobilização	12	107.447	100.730
Contas a receber de clientes	6	2.060	1.034	Provisão de contingências	13	891	691
Outros créditos		1.295	1.165	Adiantamentos de clientes		519	517
Total do realizável a longo prazo		34.860	33.266	Total do passivo não circulante		357.215	370.584
				Patrimônio líquido			
Imobilizado	8	510.367	511.780	Capital social	14	211.369	211.369
				Reserva legal		1.523	1.523
				Dividendos adicionais propostos		1.552	1.552
				Lucros acumulados		13.760	-
Total do ativo não circulante		545.227	545.046	Total do patrimônio líquido		228.204	214.444
				Total do passivo		442.603	444.944
				Total do passivo e patrimônio líquido		670.807	659.388
Total do ativo		670.807	659.388				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR TOWERS SPE1 S.A.

Demonstrações do resultado

Período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Período findo em 30/06/2018	Período de 01/04 a 30/06/2018	Período findo em 30/06/2017	Período de 01/04 a 30/06/2017
Receita operacional líquida	15	97.233	48.365	86.997	43.894
Custo dos serviços de locação	16	(49.970)	(25.232)	(46.391)	(23.296)
Lucro bruto		47.263	23.133	40.606	20.598
Despesas gerais e administrativas	17	(7.070)	(3.397)	(5.443)	(2.964)
Outras receitas operacionais		338	338	-	-
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		40.531	20.074	35.163	17.634
Receitas financeiras	18	3.311	1.585	5.006	2.359
Despesas financeiras	18	(23.011)	(11.006)	(22.717)	(10.556)
Resultado financeiro líquido		(19.700)	(9.421)	(17.711)	(8.197)
Resultado operacional antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		20.831	10.653	17.452	9.437
Correntes	19	(6.980)	(3.581)	(5.905)	(3.078)
Diferido	19	(91)	(35)	(16)	(123)
Lucro líquido do período		13.760	7.037	11.531	6.236
Lucro por ação do período (expresso em R\$ por ação)		0,05265	0,02692	0,04412	0,02386
Lucro básico por lote de mil ações		52,65	26,92	44,12	23,86

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR TOWERS SPE1 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Período findo em 30/06/2018	Período de 01/04 a 30/06/2018	Período findo em 30/06/2017	Período de 01/04 a 30/06/2017
Lucro líquido do período	<u>13.760</u>	<u>7.037</u>	<u>11.531</u>	<u>6.236</u>
Total do resultado abrangente do período	<u><u>13.760</u></u>	<u><u>7.037</u></u>	<u><u>11.531</u></u>	<u><u>6.236</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR TOWERS SPE1 S.A.

Demonstrações da mutação no patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	(Prejuízos)/Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2017	211.369	-	-	(13.275)	198.094
Lucro líquido do período	-	-	-	11.531	11.531
Saldos em 30 de junho de 2017	211.369	-	-	(1.744)	209.625
Saldos em 01 de janeiro de 2018	211.369	1.523	1.552	-	214.444
Lucro líquido do período	-	-	-	13.760	13.760
Saldos em 30 de junho de 2018	211.369	1.523	1.552	13.760	228.204

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR TOWERS SPE1 S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	30/06/2018	30/06/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	13.760	11.531
Ajustes de:		
Depreciação	17.039	16.333
Juros sobre empréstimos e apropriação do custo da dívida	16.213	17.294
Atualização provisão para desmobilização	6.717	5.323
Baixas líquidas de imobilizado	30	37
Provisão para contingências	200	66
(Baixa)/provisão para créditos de liquidação duvidosa	(533)	416
Provisão de compras, serviços prestados e aluguel	51	9
Linearização da receita e receita diferida	(918)	(84)
Linearização da custos de serviços prestados	76	29
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	7.072	5.921
Receita financeira sobre crédito de impostos	(294)	-
Rendimento de aplicação financeira de longo prazo	(403)	(757)
	<u>59.010</u>	<u>56.118</u>
Aumento/(diminuição) no capital circulante		
Aumento/(diminuição) de ativos		
Contas a receber de clientes	(1.125)	(38)
Impostos a recuperar	(340)	(1.354)
Outros créditos	(230)	(1.026)
Aumento/(diminuição) de passivos		
Fornecedores	(1.876)	908
Impostos a recolher	1.347	(2.186)
Contas a pagar a partes relacionadas	2.075	(7.089)
Adiantamentos de clientes	44	41
Outros	(26)	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>58.879</u>	<u>45.374</u>
Impostos pagos sobre o lucro	(4.048)	(3.253)
Juros pagos	(10.697)	(11.718)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>44.134</u>	<u>30.403</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicação financeira em garantia	(127)	50
Aquisição de imobilizado	(13.809)	(14.632)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(13.936)</u>	<u>(14.582)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Liquidação de empréstimos e financiamentos	(17.973)	(14.787)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	<u>(17.973)</u>	<u>(14.787)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>12.225</u>	<u>1.034</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	90.904	82.971
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	103.129	84.005
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>12.225</u>	<u>1.034</u>
Aumento/(diminuição) de ativo e passivo que não afetam o caixa		
Aquisição de imobilizado não pago	1.847	791
Fornecedores a pagar referente a compra de imobilizado	(1.847)	(791)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.847)</u>	<u>(791)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BR TOWERS SPE1 S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Receitas		
Receitas de locações	107.089	95.907
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	34.339	31.423
Valor adicionado bruto	72.750	64.484
Depreciação e amortização	17.039	16.333
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	55.711	48.151
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	3.311	5.006
Outras receitas operacionais	338	-
Valor adicionado total a distribuir	<u>59.360</u>	<u>53.157</u>
Distribuição do valor adicionado		
Salários e encargos	5.042	3.761
Impostos, taxas e contribuições federais	15.518	13.467
Despesas administrativas	2.029	1.681
Despesas financeiras	23.011	22.717
Lucro do período	13.760	11.531
Valor adicionado distribuído	<u>59.360</u>	<u>53.157</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

A BR Towers SPE1 S.A. ("Companhia") foi legalmente constituída em 17 de agosto de 2011, e possui sede na cidade de São Paulo, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, a comercialização de equipamentos e materiais necessários ou úteis à exploração de serviços de telecomunicações e empreendimentos imobiliários, e a administração por conta própria de bens imóveis.

A Companhia atualmente desempenha como atividade preponderante a cessão de uso de infraestrutura compartilhada para a indústria de Telecomunicações (aluguel de infraestrutura).

Em 13 de junho de 2014 foi assinado Contrato de Venda e Compra das Ações de emissão da BR Towers S.A (Companhia) e BRT Holding 1 S.A e BRT Holding 2 S.A. (controladoras) visando a transferência da totalidade das ações de emissão das empresas BRT para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda.

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 28 de outubro de 2014 e sua efetivação, em 19 de novembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, o controle de 100% do capital foi transferido para a American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda., através da incorporação da BR Towers S.A.

2. Base de preparação

a. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico.

b. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstração intermediária, e de acordo com a norma internacional IAS 34, observando as disposições contidas no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP003/2011 de 28 de abril de 2011 e estão conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Essas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e devem ser lidas em conjunto. As informações de notas explicativas que não sofreram alterações significativas não foram repetidas integralmente nestas informações trimestrais.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 03 de agosto de 2018.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias foram preparadas e são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas a seguir:

- Determinação do arrendamento financeiro operacional.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas notas explicativas:

- Nota 8: Depreciação do ativo imobilizado;
- Nota 12 - Provisão para desmobilização;
- Nota 13 - Contingências.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Arrendamentos

Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

b. Instrumentos financeiros - CPC 48/IFRS 9

Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39/IAS 39), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto. (a) Ativos financeiros, classificação, reconhecimento e mensuração.

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(i) Custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(ii) Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros nessa categoria.

(iii) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Compreende o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos e, na rubrica "Resultado dos instrumentos financeiros derivativos". A Companhia não possui ativos financeiros nessa categoria.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber por aluguel de torres de transmissão e roof tops para telefonia celular no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos dos custos de desmobilização, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado", deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

Os custos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item de ativo imobilizado tem vida útil diferente, eles são registrados como itens individuais (componentes principais) de ativo imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Torres e roof tops	20	20

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Redução ao valor recuperável - Impairment

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Em 31 de dezembro de 2017 não havia qualquer indicação de perda no valor recuperável de ativos.

f. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

g. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

h. Provisão para desmobilização

A provisão é realizada tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e roof tops instalados em imóveis alugados de terceiros, de forma a registrar a melhor estimativa, a valor de mercado, do montante de recursos necessários, conforme determina o CPC 27 - "Ativo Imobilizado" e ICPC 12 - "Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares".

O valor justo da obrigação de desmobilização das torres é reconhecido no período em que os custos são incorridos, os quais são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos correspondentes às torres e amortizados durante a sua vida útil estimada. As estimativas de valor justo das obrigações de desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados e o seu registro no passivo é feito em decorrência do tempo, como despesa operacional. Adicionalmente, são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo imobilizado, quando aplicável.

Alterações subsequentes na estimativa do custo de desmobilização são reconhecidas contra o ativo subjacente.

i. Capital social

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

j. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da locação das torres e roof tops no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita mensalmente tendo como base a utilização, pelo locatário, dos espaços locados pela Companhia, e quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

O reconhecimento da receita segue a estrutura conceitual do CPC 47/IFRS 15 baseada no modelo de cinco passos:

- 1) Identificação dos contratos com os clientes;
- 2) Identificações das obrigações de desempenho previstas nos contratos;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e
- 5) Reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, 84% das receitas da Companhia estavam concentradas em um único cliente.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e variação cambial. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

m. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

n. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

p. Lucro líquido/(prejuízo) por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

q. Segmentos operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

As decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas nos serviços conjuntos de locação de torres de telecomunicações. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento.

4. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A seguir apresentamos os pronunciamentos novos ou revisados que ainda não estão em vigor e serão efetivos nos próximos exercícios sociais:

Arrendamento Mercantil - IFRS 16

Tem o objetivo de unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A Companhia está avaliando o impacto da aplicação desta norma.

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2018	31/12/2017
Bancos	228	452
Aplicações financeiras	102.901	90.452
	<u>103.129</u>	<u>90.904</u>

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a debêntures compromissadas de bancos de primeira linha remunerada as taxas que variam entre 86 a 96% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), resgatáveis em até 90 dias a contar de sua contratação.

6. Contas a receber de clientes

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes	19.806	18.249
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva	(45)	-
	<u>19.761</u>	<u>18.249</u>
Realizável a longo prazo		
Contas a receber de clientes	2.145	1.697
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva	(85)	(663)
	<u>2.060</u>	<u>1.034</u>
Movimentação da provisão	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial	663	849
Adição	17	398
(Baixa)	(550)	(584)
Valor final	<u>130</u>	<u>663</u>

As contas a receber de clientes referem-se substancialmente a locação de torres e roof tops de telecomunicações, assim como receitas de compartilhamento e locação de solo para outras operadoras de telecomunicação. O valor no realizável a longo prazo refere-se à um acordo realizado com cliente Oi, para pagamento em quatro parcelas anuais a partir de 2019. Para esse valor foi constituída uma reserva de 10% sobre o saldo das contas a receber de clientes no ativo não circulante, com base no acordo e plano de recuperação.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa e reserva foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A metodologia de apuração da provisão para crédito de liquidação duvidosa é de provisionar os títulos vencidos a mais de 90 dias, sem que haja garantias reais.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil das contas a receber.

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

7. Aplicação financeira em garantia

A Companhia efetuou aplicações em Debêntures Compromissadas com remuneração de 86 a 96% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações financeiras foram efetuadas como depósito caução para garantia da 2ª emissão de debêntures da Companhia. De acordo com as cláusulas de covenants, a Companhia deve manter saldo médio em aplicação financeira até seu vencimento. Em 30 de junho de 2018 o valor dessas aplicações financeiras era de R\$ 15.111 (R\$ 14.581 em 31 de dezembro de 2017). Essa garantia respeita a cláusula de covenants, conforme descrito na Nota 9.

8. Imobilizado

	Torres e Roof tops	Imobilização em andamento	Total
Custo			
Saldos em 01 de janeiro de 2017	616.101	3.821	619.922
Adições	1.088	37.021	38.109
(Baixas)	-	(75)	(75)
Transferências	36.681	(36.681)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	653.870	4.086	657.956
Adições	167	15.489	15.656
(Baixas)	-	(30)	(30)
Transferências	14.619	(14.619)	-
Saldos em 30 de junho de 2018	668.656	4.926	673.582
Depreciação			
Saldos em 01 de janeiro de 2017	(113.114)	-	(113.114)
Adições	(33.062)	-	(33.062)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(146.176)	-	(146.176)
(Adições)	(17.039)	-	(17.039)
Saldos em 30 de junho de 2018	(163.215)	-	(163.215)
Valor contábil			
Em 31 de dezembro de 2017	507.694	4.086	511.780
Em 30 de junho de 2018	505.441	4.926	510.367

Do valor total de imobilização em andamento, há o montante de R\$ 1.847 no segundo trimestre que ainda está em aberto em fornecedores a pagar e partes relacionadas sendo uma transação não caixa.

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27, a Companhia realiza periodicamente avaliação da vida útil de seus ativos imobilizados.

9. Debêntures

	30/06/2018	31/12/2017
Financiamentos no circulante	49.238	41.407
Financiamentos no não circulante	248.358	268.646
	<u>297.596</u>	<u>310.053</u>
Movimentação do empréstimo	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial	310.053	332.591
Amortização de principal	(17.973)	(31.431)
Juros apropriados no exercício	16.016	31.464
Pagamento de juros	(10.697)	(23.001)
Apropriação do custo da dívida	197	430
Valor final	<u>297.596</u>	<u>310.053</u>

(a) 1ª emissão de Debentures

Em 26 de outubro de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples no valor de R\$ 251.368, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. A Companhia captou o recurso com o Banco Santander, Banco do Brasil e Banco Votorantim por meio de integralização de debêntures, a um custo de CDI + 3,4% a.a., com um ano de carência de principal, e vencimento em 26 de outubro de 2022. Esse recurso foi utilizado para o financiamento de 50% (cinquenta por cento) do valor referente à aquisição, de 895 torres e 1.017 roof tops de telecomunicações de propriedade da Vivo S.A. Em 01 de novembro de 2013 a Companhia liquidou antecipadamente a primeira emissão de debêntures com pagamento total de R\$ 252.975.

Custos de transação

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 6.316 foram contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidenciação do valor líquido recebido, e no momento da liquidação antecipada, o saldo foi integralmente reconhecido no resultado.

(b) 2ª emissão de Debentures

Em 15 de outubro de 2013, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples no valor de R\$ 300.000, não conversíveis em ações, para distribuição pública, a um custo definido de IPCA + 7,4% a.a., os pagamentos de juros e principal serão realizados trimestralmente, iniciando em 15 de janeiro de 2014 e a última parcela em 15 de outubro de 2023.

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Esse recurso foi utilizado para a amortização antecipada total da 1ª emissão de debêntures da companhia, para compor a garantia de conta reserva e para redução de capital. São garantias dessa operação: (i) alienação fiduciária de 100% das ações e; (ii) Cessão Fiduciária dos direitos de crédito da Companhia.

Custos de transação

Os custos de transação incorridos nas captações de recursos por meio da contratação das debêntures no montante de R\$ 3.339 estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido das debêntures, conforme determinado pelo CPC 08 (R1), para evidenciação do valor líquido recebido. Os encargos financeiros da dívida são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo de vencimento das debêntures.

O montante amortizado do custo das transações para o exercício foi de R\$ 197.

Cláusulas contratuais - covenants

As debêntures emitidas possuem cláusulas contratuais de covenants que exigem determinadas condições como; não ter 2 knots de downgrade no rating da emissão; apenas distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio quando cumpridas algumas condições estabelecidas na escritura; manter durante a vigência da emissão o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em no mínimo 1,10; não contratar novos financiamentos em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000 e manter o índice de alavancagem acima de 30%

Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD)

	30/06/2018
Fluxo de caixa ajustado	120.842
Caixa inicial s/ conta reserva	103.079
FCO - fluxo de caixa operacional	26.085
FCl - fluxo de caixa de investimento	(8.322)
Dívida onerosa	14.550
Amortização	9.216
Juros pagos	5.334
ICSD - Índice de cobertura de serviço da dívida	<u>8,31</u>

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Índice de alavancagem

	<u>30/06/2018</u>
Capital social	211.369
Total passivo e patrimônio líquido	<u>670.807</u>
Índice de alavancagem	<u>31,51%</u>

A Companhia está atendendo as obrigações previstas e requisitos para cumprimento das cláusulas contratuais - covenants.

10. Partes relacionadas

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo circulante		
American Tower do Brasil (i)	22.856	20.682
LAP do Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda.	231	162
	<u>23.087</u>	<u>20.844</u>

- (i) O saldo refere-se ao montante líquido entre valores a pagar e a receber com a controladora American Tower do Brasil, por conta da venda de ativos e despesas incorridas entre essas entidades, que são alocadas mediante critério de rateio previamente definido pela controladora, aplicado de maneira uniforme.

Em 30 de junho de 2018 o critério de rateio seguido pela controladora American Tower, foi assim determinado: rateio das despesas operacionais de acordo com o percentual definido pela controladora.

a. Remuneração do pessoal-chave

Pessoal-chave da administração inclui a presidência e toda a diretoria que juntos recebem uma remuneração no primeiro semestre de 2018, paga e rateada pela controladora, no montante de R\$ 84 (R\$ 73 no primeiro semestre de 2017).

b. Benefício pós-emprego

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para a diretoria ou membros do Conselho de Administração.

11. Fornecedores

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores	3.967	4.298
Aluguéis de imóveis a pagar	6.191	6.069
	<u>10.158</u>	<u>10.367</u>

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Em 30 de junho de 2018 a Companhia possuía saldos a pagar com seus fornecedores diversos. Sendo estes divididos entre fornecedores de Capex, que são os reforços estruturais de suas torres e os aluguéis devidos aos locatários.

12. Provisão para desmobilização

Os contratos entre a Companhia e os locatários dos espaços nos quais as torres e roof tops estão instalados, preveem que os custos de desmontagem e remoção dos itens e que a restauração do local é de responsabilidade da Companhia.

	30/06/2018	31/12/2017
Provisão para desmobilização	<u>107.447</u>	<u>100.730</u>
	<u>107.447</u>	<u>100.730</u>
	30/06/2018	31/12/2017
Movimentação da provisão		
Saldo inicial	100.730	81.559
Atualização monetária	6.717	10.647
Adição ARO	-	8.524
Valor final	<u>107.447</u>	<u>100.730</u>

O valor justo da obrigação de desmobilização das torres é reconhecido no período em que os custos são incorridos, os quais são capitalizados como parte do valor contábil dos respectivos ativos correspondentes às torres e amortizados durante a sua vida útil estimada. As estimativas de valor justo das obrigações para desmobilização de ativos envolvem o desconto dos fluxos de caixa futuros estimados, e o seu registro no passivo é feito em decorrência do tempo, como despesa operacional. Adicionalmente, são realizados ajustes ao passivo da obrigação para a desmobilização de ativos, a fim de refletir as alterações nas estimativas de prazos e de fluxos de caixa, em contrapartida ao respectivo ativo imobilizado, quando aplicável.

13. Contingências

	30/06/2018	31/12/2017
Tributárias (i)	<u>555</u>	<u>522</u>
Cíveis (ii)	<u>336</u>	<u>169</u>
	<u>891</u>	<u>691</u>
	30/06/2018	31/12/2017
Movimentação da provisão		
Saldo inicial	691	489
Adição	200	202
Valor final	<u>891</u>	<u>691</u>

- (i) Referem-se à discussão de taxas cobradas para instalações de torres e encargos sociais sobre remuneração;
- (ii) A Companhia possui ações indenizatórias, com risco de perda classificado como provável por seus assessores jurídicos.

Em 30 de junho a Companhia possui outros processos cíveis avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 255 (R\$ 712 em 31 de dezembro de 2017), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

14. Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2012, foi aprovado aumento do capital social, por subscrição privada, no valor de R\$ 261.368, mediante a emissão de 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação calculada de acordo com a legislação em vigor. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas, nesta data.

Em 29 de outubro de 2013 foi aprovada uma redução de capital no montante de R\$ 50.000 sem o cancelamento de ações. O valor da redução do capital social foi pago em janeiro de 2014.

Em 30 de junho de 2018 o capital social era de R\$ 211.369 representado por 261.368.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reservas

A Companhia apropriará, conforme definido pela legislação societária, 5% do lucro líquido anual para reserva legal, sendo limitada a 20% do capital social.

c. Dividendos mínimos obrigatórios

O dividendo mínimo obrigatório estabelecido no Estatuto Social da Companhia é de 25%, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, depois de atendidas as disposições legais, o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído entre os acionistas, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral. O pagamento de dividendos está limitado a certas cláusulas contratuais conforme nota 8 b.

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

d. Dividendos adicionais propostos

Os dividendos adicionais propostos são submetidos a aprovação em Assembleia Geral Ordinária (AGO), neste contexto, conforme requerido no pronunciamento técnico CPC 24, qualquer declaração de dividendo adicional ao previsto legal ou estatutariamente ou outra forma de distribuição de resultado que ocorrer após a data do balanço e antes da data da autorização de emissão dessas demonstrações não gerará registro no passivo da entidade na data do balanço, por também não representar qualquer obrigação presente nessa data.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante no valor de R\$ 1.552 foi mantido no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica "dividendo adicional proposto".

15. Receita operacional líquida

	30/06/2018	30/06/2017
Receitas de locação de torres e roof tops	107.089	95.907
Impostos sobre receitas de locação	(9.856)	(8.910)
Receita operacional líquida	<u>97.233</u>	<u>86.997</u>

16. Custos dos serviços de locações

	30/06/2018	30/06/2017
Encargos de depreciação (Nota 8)	17.040	16.333
Manutenção e aluguel de solo	34.171	31.313
Outros	168	109
Créditos de impostos sobre depreciação	(1.409)	(1.364)
Custos das locações	<u>49.970</u>	<u>46.391</u>

17. Despesas gerais e Administrativas

	30/06/2018	30/06/2017
Salários, encargos e provisão de participação nos resultados (i)	5.041	3.762
Serviços de diversos	149	204
Despesas com aluguel	166	150
Despesa de benefícios a empregados	981	820
Despesas administrativas	328	293
Viagens e estadias	141	134
Contingências	230	66
Despesas tributárias	30	14
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	-
Despesas gerais e administrativas	<u>7.070</u>	<u>5.443</u>

(i) As despesas com salários, encargos e provisões são alocadas na Companhia de acordo com os critérios de rateio de despesas da American Tower do Brasil descrito na Nota 10.

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

18. Resultado financeiro, líquido

	30/06/2018	30/06/2017
Despesas financeiras		
Atualização provisão para desmobilização	(6.717)	(5.323)
Juros/custo sobre empréstimos e financiamentos	(16.213)	(17.294)
Outras	(81)	(100)
	<u>(23.011)</u>	<u>(22.717)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	3.178	4.862
Outras	295	144
PIS e COFINS sobre receita financeira	(162)	-
	<u>3.311</u>	<u>5.006</u>
Resultado financeiro Líquido	<u>(19.700)</u>	<u>(17.711)</u>

19. Imposto de renda e contribuição social

	30/06/2017
Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	16.486
Resultado	(92)
Saldo em 30 de junho de 2018	<u>16.394</u>

O ativo fiscal diferido é registrado para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. O ativo fiscal diferido tem a seguinte origem:

	30/06/2018	30/06/2017
Ativo circulante		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa circulante	45	602
Ativo não circulante		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa não circulante	85	663
Depreciação dos custos de desmobilização	11.216	7.810
Passivo circulante		
Provisão de compras, serviços prestados e aluguel	349	223
Passivo não circulante		
Provisão para desmobilização	35.641	23.600
Provisão de contingências	884	555
	<u>48.220</u>	<u>24.155</u>
Prejuízo fiscal	-	12.655
Base cálculo do ativo fiscal diferido	<u>48.220</u>	<u>46.108</u>
Alíquota de IR/CS combinadas	34%	34%
Total	<u>16.394</u>	<u>15.677</u>

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	30/06/2018	30/06/2017
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	20.831	17.452
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	7.083	5.934
Diferenças temporárias não constituído ativo fiscal diferido	-	-
Outras diferenças permanentes	(12)	(13)
Total	<u>7.071</u>	<u>5.921</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:		
Corrente	6.980	5.905
Diferido	91	16
Total	<u>7.071</u>	<u>5.921</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>34%</u>

20. Instrumentos financeiros

a. Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(i) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

(iii) Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	103.129	90.904
Contas a receber	21.821	19.283
Total	<u>124.950</u>	<u>110.187</u>

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Valor Contábil	Até 1 ano	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Saldos em 30 de junho de 2018				
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	10.158	10.158	-	-
Debêntures	297.596	69.856	289.030	189.465
Saldos em 31 de dezembro de 2017				
Passivos financeiros não derivativos				
Fornecedores	10.367	10.367	-	-
Debêntures	310.053	59.061	305.084	80.704

(v) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros podem impactar nos negócios da Companhia. A Companhia está sujeita ao risco de alterações da taxa de juros.

Na data das informações contábeis intermediárias, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	30/06/2018	31/12/2017
Equivalentes de caixa	102.901	90.452
Aplicações financeiras em garantia	15.111	14.581

(vi) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento de 25% e 50% está apresentada a seguir:

	30/06/2018	CDI Provável	CDI 25%	CDI 50%
Aplicações financeiras	102.901	6.049	7.562	9.074
Aplicação financeira em garantia	15.111	830	1.038	1.246

O montante de R\$ 297.596 (100% do total) dos empréstimos e financiamentos da Companhia estão indexados ao IPCA. A taxa atual do IPCA é 4,39%, a Companhia estima que se mantendo o nível atual deste indexador as despesas financeiras referentes à este financiamento totalizariam R\$ 34.363 nos próximos 12 meses, em caso de aumento no indexador de 25% ou 50%, a despesa financeira estimada para o mesmo período seria de R\$ 37.391 ou R\$ 40.447 respectivamente.

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

(vii) Valor justo

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

b. Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias da Companhia, sendo que os valores contábeis são idênticos ao seu valor de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas a seguir:

Descrição	30 de junho 2018				
	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
Ativo circulante					
Bancos	-	-	228	-	228
Aplicações financeiras	102.901	-	-	-	102.901
Contas a receber de clientes	-	-	19.761	-	19.761
Ativo não circulante					
Aplicação financeira em garantia	-	15.111	-	-	15.111
Contas a receber de clientes	-	-	2.060	-	2.060
Passivo circulante					
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	33.245	33.245
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	49.238	49.238
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	248.358	248.358

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

Descrição	31 de dezembro 2017				
	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Custos amortizados	Total
Ativo circulante					
Bancos	-	-	452	-	452
Aplicações financeiras	90.452	-	-	-	90.942
Contas a receber de clientes	-	-	18.249	-	18.249
Ativo não circulante					
Aplicação financeira em garantia	-	14.581	-	-	14.581
Contas a receber de clientes	-	-	1.034	-	1.034
Passivo circulante					
Fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	31.211	31.211
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	41.407	41.407
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	268.646	268.646

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Descrição	30/06/2018	
	Valor justo através do resultado	Nível
Ativos circulantes		
Aplicações financeiras	102.901	2
Ativos não circulantes		
Aplicações financeiras em garantia	15.111	2

Descrição	31/12/2017	
	Valor justo através do resultado	Nível
Ativos circulantes		
Aplicações financeiras	90.452	2
Ativos não circulantes		
Aplicações financeiras em garantia	14.581	2

Notas explicativas sobre as informações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

21. Arrendamento operacional

A Companhia arrenda suas Torres e roof tops sob arrendamentos operacionais. No final do período de relatório, os pagamentos mínimos futuros de arrendamento sob arrendamentos não canceláveis são recebíveis como segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Menos de um ano	94.143	174.979
Entre um e cinco anos	873.927	822.939
Mais de cinco anos	88.818	80.243

22. Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2018, a cobertura de seguros contratada pela controladora, contra risco operacional era composta por R\$ 7.326 para danos materiais e lucro cessantes R\$ 3.172 responsabilidade civil e riscos diversos.